



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2023 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0002990-47.2022.4.01.8012)

FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/1993, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002 e no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019 elaborou-se o presente termo de referência, para que, através do procedimento legal pertinente, seja contratado o fornecimento de água mineral, em garrações de 20 (vinte) litros, sem gás, bem como o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijas de 45 (quarenta e cinco) kg, para atender a Seção Judiciária de Rondônia.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de água mineral de fonte natural, em garrações de 20 (vinte) litros, sem gás, e de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijas de 45 (quarenta e cinco) kg, para atender a Seção Judiciária de Rondônia, pelo período de 12 (doze) meses, durante o exercício de 2023, conforme especificações e quantidades detalhados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Fornecimento de água mineral de fonte natural em garrações de 20 (vinte) litros, sem gás, com entrega na sede da Seção Judiciária de Rondônia, mediante requisição por demanda.	UND	2.240
02	Fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijas de 45 (quarenta e cinco) kg, com entrega na sede da Seção Judiciária de Rondônia, mediante requisição por demanda.	UND	12

2.2. As quantidades são estimadas para fornecimento ao longo do exercício de 2023, não sendo a Seção Judiciária de Rondônia - SJRO obrigada a consumir o total discriminado.

2.3. A entrega dos materiais deverá ocorrer na sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizada na Av. Presidente Dutra, n. 2203 - Baixa União, Porto Velho-RO.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação do fornecimento de água mineral se justifica pela necessidade de consumo contínuo, na importância para a hidratação e, por consequência, para a saúde dos magistrados, servidores e jurisdicionados.

3.1.1. Em que pese a existência de 06 (seis) bebedouros com filtro próprio, esses não são suficientes para atender a demanda interna, já que estão instalados em pontos de área comum da edificação, atendendo principalmente o público externo. Adotou-se como parâmetro para a estimativa de consumo as mesmas quantidades do atual contrato, considerando o aumento do número de prestadores de apoio administrativo e término do regime de Plantão Extraordinário, com consequente aumento do consumo de água mineral e gás.

3.2. A contratação do fornecimento do gás liquefeito de petróleo (GLP) se dá pela necessidade de atender todas as demandas da SJRO quanto ao preparo de alimentos e/ou bebidas quentes, fazendo-se necessária a manutenção do suprimento de gás de cozinha para o perfeito andamento das atividades atribuídas ao serviço de copa, no decorrer do ano de 2023, sob condições de segurança, com garantia do produto adquirido, entregue no pátio da Seccional.

3.3. O presente instrumento teve como base o Estudo Técnico Preliminar (16676899), devidamente aprovado pela SECAD-

SJRO (16863440), está alinhado com o Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, uma vez que compreende os serviços necessários para "*Aperfeiçoamento na Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira e Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança*" com foco em aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e promover o bem-estar de todos, para suprir a estrutura da edificação com bens e serviços necessários ao desempenhos de suas atividades jurisdicionais e área meio.

3.4. A presente contratação constou no Plano Anual de Aquisição e Contratação – PAAC 2022 (16430320) - Portaria SJRO-Diref 188/2021 (14632580).

4. DO FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1. Para o fornecimento de água mineral:

4.1.1. O fornecimento deverá ser de água classificada como mineral natural, sem gás, na forma do Decreto-Lei n. 7.841/45, com validade remanescente mínima de 30 (trinta) dias, em garrações de 20 (vinte) litros, os quais deverão estar devidamente lacrados, sem sinais de violação ou contaminação, contendo rótulo aprovado pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral e laudo da Vigilância Sanitária.

4.1.2. Os garrações vazios de 20 (vinte) litros serão fornecidos em regime de comodato pela futura contratada no momento da entrega da quantidade solicitada, sendo-lhes devolvido após o uso de seu conteúdo.

4.1.3. A SJRO restituirá à contratada os garrações de 20 (vinte) litros utilizados no mesmo estado de conservação em que foram emprestados, repondo os danificados por sua responsabilidade quando incorrer em culpa pelo dano.

4.1.4. Será responsabilidade da futura contratada o transporte e a entrega das unidades dos produtos na sede da SJRO, assim como o retorno dos garrações vazios liberados.

4.2. Para o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP):

4.2.1. O fornecimento da carga de gás deverá ocorrer em botijas de 45 (quarenta e cinco) kg, devidamente lacrada e sem sinais de violação/adulteração, contendo rótulo de segurança e aprovação do Distribuidor Autorizado, nos termos das Resoluções ANP n. 49/2016 e n. 51/2016, publicadas em 2 de dezembro de 2016, e atualizações posteriores.

4.2.2. A SJRO possui 02 (duas) botijas de 45 (quarenta e cinco) kg, não necessitando que a contratada disponibilize unidades em regime de comodato.

4.2.3. Será responsabilidade da contratada o transporte, a entrega e a instalação das botijas até o local indicado pelo gestor do contrato, na sede da SJRO, assim como o retorno das botijas vazias liberadas, as quais são de propriedade desta Seccional.

4.2.4. A contratada deverá garantir o serviço de recarga de gás, responsabilizando-se por defeitos, vazamento ou outras ocorrências relacionadas com o objeto.

4.3. Os fornecimentos ocorrerão de acordo com a necessidade e a pedido da SJRO, por telefone, e mediante requisição assinada pelo gestor do contrato, com envio por e-mail, na qual constará, necessariamente, a quantidade a ser fornecida.

4.4. Os produtos deverão ser entregues pela contratada na sede da Seção Judiciária de Rondônia, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da requisição dos produtos.

4.5. A contratada deverá ainda substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem custos adicionais, as unidades que apresentarem defeitos, contaminações ou avarias de qualquer natureza, assim como aquelas que não corresponderem à solicitação da SJRO quanto a sua classificação e/ou quantidade, prazo de validade ou sinais de violação do lacre do produto.

4.6. Os fornecimentos dos materiais deverão ser realizados de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, no contrato e na proposta da CONTRATADA, podendo ser recusados caso estejam em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação.

5. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

5.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, na forma da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019.

6. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

6.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de fornecimento e entrega dos materiais a serem adquiridos, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6.2. Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às características técnicas e legais exigidas, entre outras detalhadas neste instrumento.

6.3. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL de cada item.

6.4. Sagar-se-á vencedora a empresa que ofertar o MENOR VALOR TOTAL POR ITEM, observando os valores unitários estimados pela Administração.

6.5. O tipo de licitação será pelo MENOR PREÇO, o critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM e o regime de execução o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

7.1. Para participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá possuir regularidade fiscal junto à RECEITA FEDERAL, ao FGTS, ao INSS e à JUSTIÇA DO TRABALHO, e não possuir restrição em contratar com órgãos públicos federais, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Constas da União - TCU.

7.2. As licitantes também não poderão estar impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

8. DA EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Para o fornecimento de água mineral, em garrações de 20 (vinte) litros, não será exigido atestado de capacidade técnica.

8.2. Para o fornecimento do gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijas de 45 (quarenta e cinco) kg, item 02, por se tratar de produto com produção, distribuição e revenda regulado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, a empresa interessada deverá possuir o Certificado de Autorização de Posto Revendedor de GLP, conforme Resolução ANP n. 51/2016, publicada em 2 de dezembro de 2016.

8.2.1. O Certificado de Autorização de Posto Revendedor de GLP poderá ser obtido em consulta do sítio da ANP, por meio do link: <https://www.gov.br/anp/pt-br/>.

9. DO CONTRATO

9.1. O fornecimento dos materiais objeto deste Termo de Referência será regulada através da lavratura de contrato, conforme art. 62 da Lei n. 8.666/93.

9.2. Como condição para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Constas da União - TCU.

9.3. Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o contrato, que seguirá a ordem abaixo:

- a. Após a autorização da contratação, a empresa será convocada pela Seção de Compras e Licitações, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI de seu representante legal;
- b. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Compras e Licitações.

9.4. Se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) **sobre o valor adjudicado e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.**

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, e será improrrogável.

11. DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Considerando que se trata de fornecimento de objeto comum e de pequeno valor, não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à contratante:

- a. Requisitar os materiais, por meio de telefone, e enviar, preferencialmente, a requisição detalhada para o e-mail da contratada, juntando aos autos correspondentes os comprovantes de recebimento e realizando os controles de

fornecimentos mensais;

- b. Proporcionar as condições para o cumprimento do objeto deste instrumento pela contratada, dando livre acesso ao pessoal encarregado do atendimento e entrega do produto, respeitadas as normas de segurança interna da contratante;
- c. Designar servidor, para solicitar, acompanhar e receber a água entregue pela contratada;
- d. Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada no cumprimento do contrato;
- e. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela contratada;
- f. Solicitar a substituição do produto fora das condições de consumo/prazo de validade/especificações;
- g. Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa; e
- h. Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Caberá à contratada:

- a. Entregar o produto solicitado nas condições exigidas e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento da requisição escrita, emitida pelo gestor do contrato;
- b. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem custos adicionais, as unidades com defeitos, contaminações ou avarias de qualquer natureza, ou não corresponderem à solicitação da contratante quanto à sua classificação e/ou quantidade, prazo de validade, sinais de violação do lacre do produto, ou não atenderem às demais exigências deste instrumento;
- c. Manter-se, durante a execução do contrato, compatível com as obrigações assumidas, de habilitação e qualificação exigidas para contratação, em face do disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93;
- d. Fazer, às suas expensas, a entrega dos bens constantes da requisição emitida pelo gestor do contrato, no endereço da Seção Judiciária de Rondônia;
- e. Responsabilizar-se por seus empregados, pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento, e pelos encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista;
- f. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço de fornecimento do produto;
- g. Prestar esclarecimentos solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações a respeito do produto fornecido;
- h. Levar imediatamente ao conhecimento da contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- i. Responder por danos decorrentes de culpa ou dolo, causados direta ou indiretamente à contratante ou a terceiros, quando do fornecimento do(s) produto(s) ou em decorrência de seu uso, se comprovada a contaminação da água mineral em período anterior ao seu fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e acompanhamento da contratante;
- j. Não subcontratar, total ou parcialmente o objeto deste instrumento;
- k. Manter seus empregados, quando nas dependências da contratante, sujeitos às suas normas disciplinares, sem que haja, entretanto, qualquer vínculo empregatício com esta.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento mensal será através de depósito em conta-corrente da contratada até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da nota fiscal e cópia das requisições atendidas, contendo dados bancários, após o ateste do gestor do contrato.

14.2. O recebimento e a aceitação do objeto serão realizados pelo gestor designado pela contratante, no corpo da nota fiscal ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável ao processamento do pagamento.

14.3. No corpo da nota fiscal ou Danfe (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. objeto de fornecimento (quantidade, preço unitário e preço total);
- b. o mês a que se refere e o número do contrato;
- c. nome do banco, número da agência e da conta-corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

14.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento sustado até que a contratada tome as medidas saneadoras.

14.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a contratada será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$$I \times N \times VP = EM,$$

onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

14.8. A contratante poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela contratada, nos termos deste instrumento.

14.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

14.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, bem com no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, a contratada em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar o contrato;
- b. atraso na execução do contrato;
- c. inexecução parcial ou total do contrato;
- d. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato; e
- e. não manter, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

15.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber ou assinar o termo de contrato. Pena: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.3. Atraso na execução do contrato relativo à execução do fornecimento, bem como na substituição dos materiais recusados. Pena: multa de 2% (dois por cento) do valor apurado do mês da ocorrência, por dia de atraso, até o limite de 05 (cinco) dias.

15.4. Atraso na execução do contrato relativo os demais prazos estipulados neste instrumento. Pena: multa de 0,5% (cinco décimo por cento) do valor apurado do mês da ocorrência, por dia de atraso, até o limite de 05 (cinco) dias.

15.5. Inexecução total do contrato pelo não fornecimento ou substituição dos materiais, caracterizado pelo atraso injustificado superior injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.6. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

15.7. A não manutenção, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

15.8. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato.

Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal ou total do contrato, conforme o caso, por ocorrência.

15.9. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

15.10. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

15.11. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

15.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela contratada, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

15.13. A contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

15.14. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

15.15. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, improrrogável, motivo pelo qual não será concedido qualquer reajuste, permanecendo o valor contratado inalterado.

16.2. Entretanto, para o item 2, gás liquefeito de petróleo (GLP), em caso de desequilíbrio de preços, a contratante poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato previsto na artigo 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93, mediante apresentação dos cálculos e documentos comprobatórios, juntados a solicitação da contratada, especialmente aqueles decorrentes de autorizações expressas realizadas pela ANP, os quais foram efetivamente repassados aos distribuidores.

16.3. A contratante somente realizará o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato quando comprovado que os novos preços forem compatíveis ao preço de mercado, mantendo a vantajosidade econômica da contratação.

17. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

17.1. A contratada assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos ou avarias causadas às instalações da contratante, ao mobiliário, máquinas, veículos ou quaisquer dos pertences, assim como a pessoas, ocorridos durante o fornecimento do produto, embora praticados involuntariamente por seus empregados.

17.2. A contratada responderá e arcará com o ônus decorrente de danos à saúde ou dano aos usuários da água mineral fornecida, se comprovada a contaminação do produto antes do fornecimento;

17.3. A contratada arcará com os prejuízos de perdas e danos à contratante e aos usuários do produto, incluindo-se despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o CONTRATANTE for compelido a responder por força desta contratação, caso os serviços prestados e bens fornecidos, por força contrato a ser firmado entre as partes, violem direitos de terceiros.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1 Os materiais utilizados deverão ser atóxicos e recicláveis, com possibilidade de reuso.

18.2. O acondicionamento dos produtos deverá ser preferencialmente em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. É expressamente vedada a subcontratação das obrigações assumidas neste instrumento.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1. A gestão e fiscalização da futura contratação será exercida por servidor lotado na Seção de Serviços Gerais - SESEG/RO,

designado por meio de Ordem de Serviço.

20.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

20.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos materiais recebidos com os requisitos dispostos neste instrumento e no edital.

20.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

20.5. O exercício da fiscalização, pela contratante, não excluirá, nem reduzirá a total e exclusiva responsabilidade da contratada ou sua competência pelos serviços contratados inclusive perante terceiros.

21. DO VALOR ESTIMATIVO

21.1. A estimativa de preços será realizada pela Seção de Compras e Licitação junto ao mercado local.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Seção de Serviços Gerais - SESEG, da Justiça Federal de Rondônia, localizada na Av. Presidente Dutra, 2203 - Baixa da União, Porto Velho/RO, ou pelo e-mail: seseg.ro@trfl.jus.br.

Porto Velho - RO, 28 de dezembro de 2022.

JOSIMEIRE VIEIRA TAPUDIMA
Assistente Adjunto - SESEG/RO

ALEX CORREA DE LELES
Diretor do NUASG/RO

LUCIANO ALVES DE SOUZA
Assessor Adjunto IV - SELIT/RO

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Hiuna Raiane Ramos Rosa, Pregoeiro(a)**, em 09/01/2023, às 18:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17259307** e o código CRC **43BCF232**.